

Trabalho Apresentado no Seminário sobre “EQUAL Mountain Opportunities”, Wojtowice, Poland, October 17-19, 2007

Áreas de Montanha: tão críticas, tão sensíveis, tão subestimadas

Artur Cristóvão (acristov@utad.pt)

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Vial Real, Portugal

As áreas de montanha representam um enorme benefício para a sociedade

Hoje, na nossa sociedade, muitas pessoas olham para as montanhas como áreas de desporto, recreação ou turismo, enquanto espaços mais ou menos remotos de que podem desfrutar para relaxar e ganhar energias para uma vida ocupada e cheia de *stress* no ambiente urbano. Mas quantas pessoas realmente conhecem e compreendem a importância das montanhas? Quantas reconhecem as montanhas como uma dimensão essencial para as áreas rurais, urbanas e costeiras? E quantas têm consciência das ameaças e riscos que estas áreas enfrentam?

Em Portugal, as áreas de montanha têm uma expressão muito significativa, ocupando cerca de 30% do território continental (Ferreira e Ventura, 1999). Na UE-15, cerca de 40% do território, com cerca de 76 milhões de pessoas (20,3% da população), corresponde a montanhas, e apenas a Dinamarca e a Holanda não possuem espaços deste tipo (NORDEREGIO, 2004: 28). Entre os novos estados membros, os países Bálticos não têm montanhas, mas na Bulgária, Eslováquia e Eslovénia elas representam a maioria do território (NORDEREGIO, 2004: 28). Se olharmos para a agricultura, nas montanhas da UE-15 temos 17% da SAU, 25% da produção bovina de carne, 29% das vacas leiteiras, 32% das ovelhas e 67% das cabras (EU, 2005).

As áreas de montanha não são iguais em todo o mundo, ou mesmo dentro da Europa ou de cada país, existindo uma considerável diversidade, em muitos aspectos: há pequenas serras isoladas e grades massivos montanhosos; a geologia, a geografia e o clima variam; os recursos naturais são diferentes; há formas diversas de ocupação e gestão do território; as actividades sócio-económicas tendem a ser diferentes; os níveis de riqueza e desenvolvimento são também consideravelmente diferentes. Além disso, algumas montanhas têm bom acesso aos mercados e para outras tal acesso é escasso; algumas têm elevada densidade populacional e outras muito baixa; algumas têm boas infraestruturas de

transporte, assim como serviços, e outras não; algumas estão cobertas com culturas permanentes e outras por pastagens e até gelo e neve (NORDREGIO, 2004).

Todos concordamos que as montanhas representam um enorme benefício para a sociedade, em termos materiais e imateriais. Reflectindo sobre o ambiente na UE na viragem do século, um estudo da Agência Europeia de Ambiente sublinhou que as montanhas são a principal fonte de fornecimento de água da Europa e que estas são “uma parte importante da tesouro ecológico da Europa, fornecendo paisagens estéticas e recreativas, elevada biodiversidade de espécies e habitats enraizados em sistemas sustentados de uso do solo” (EEA, 1999: 377). Mas muitos outros aspectos merecem ser referidos.

Na verdade, estas áreas são responsáveis por um conjunto de funções muito importantes, que variam de território para território, na maior parte das vezes numa combinação rica de actividades em interacção: ambientais (relacionadas com o clima, a fauna e a flora, os recursos hídricos, a paisagem, ...); florestais (relacionadas com a produção, a conservação, o uso social, o controlo da erosão, a retenção de águas, ...); agrícolas e de produção animal (relacionadas com a produção, a biodiversidade, a paisagem, a arquitectura, ...); industriais (relacionadas com a produção de madeira, pasta de papel, energia, ...); turísticas (relacionadas com a paisagem, os produtos locais, a saúde, o lazer, os desportos, ...); relacionadas com o uso de outros recursos (rechas e minerais, ...); e culturais (ligadas ao artesanato tradicional, aos produtos agrícolas e agro-alimentares típicos, às festividades, às práticas religiosas, ...) (Cristóvão, 2002: 61).

A sustentabilidade das áreas de montanha está sujeita a muitas ameaças

Apesar das suas funções e valores, a sustentabilidade da maior parte das áreas de montanha, na Europa e em todo o mundo, tem estado sujeita a muitas ameaças, que tendem a ser diferentes de país para país e de região para região. Por exemplo, é hoje reconhecido que as montanhas são as primeiras a ser atingidas pelas mudanças climáticas, podendo as variações nos padrões de precipitação e no fornecimento de água influenciar a agricultura e a produção animal através das mudanças nas pastagens e na disponibilidade alimentar para a produção animal (EEA, 1999: 382-383).

Mas muitas outras ameaças e riscos têm sido identificados, tais como: a destruição de espécies e habitats; a poluição das águas; as perdas de solos; o aumento de catástrofes naturais com origem humana; o impacto das redes de estradas; a sobre-exploração de

recursos naturais; o despovoamento; o declínio agrícola; o abandono de terras; a falta de iniciativas geradoras de postos de trabalho e de rendimento; o turismo intensivo e predador; etc.

Outra importante ameaça para a maior parte das áreas de montanha é a própria natureza do paradigma dominante de desenvolvimento, que tende a marginalizar os territórios mais isolados e menos favorecidos e leva os Estados a investirem nas áreas com maior capacidade para reproduzir o capital (mais competitivas) e com mais poder em termos de pressão populacional (Moreira, 2001: 136-138).

O desenvolvimento sustentável das montanhas é possível

Como podemos preservar e desenvolver, de forma sustentável, os valores das áreas de montanha? Como podemos mantê-las vivas e dinâmicas, em termos sociais, culturais, económicos, políticos e ambientais? Em síntese, o desenvolvimento sustentável destas áreas é possível? Os desafios básicos estão identificados: responder às limitações geográficas e naturais; encontrar um equilíbrio demográfico; usar o carácter montanhoso e periférico para fortalecer a competitividade; desenvolver as vantagens económicas; e assegurar a coesão social (Favry, 2005).

As estratégias para promover o desenvolvimento implicam um conjunto de orientações e condições. As orientações fundamentais relacionam-se com os seguintes oito aspectos: (1) valorização da identidade cultural; (2) acção colectiva; (3) competitividade territorial; (4) descentralização da tomada de decisão; (5) valorização dos recursos naturais; (6) focagem na qualidade; (7) relações montanha – outros espaços; e (8) sustentabilidade.

O meu pressuposto básico é que o desenvolvimento sustentável das montanhas é possível. Tudo depende da articulação entre as suas múltiplas funções, em condições que a sociedade remunere e de acordo com os interesses dos residentes. O desenvolvimento terá que ser construído com base na riqueza de cada área de montanha, em particular as suas gentes, os recursos naturais e a paisagem, promovendo actividades económicas bem articuladas com o mercado, que se traduzam em rendimentos aceitáveis e que garantam a vitalidade dos territórios, nomeadamente em termos populacionais.

As condições para alcançar este estágio são muitas e de natureza complexa. Sublinharia as seguintes cinco (baseado em Moreira, 2001: 169-190):

- (1) Ideológicas – promover uma visão crítica do paradigma dominante do desenvolvimento e a aceitação da importância da intervenção do Estado no desenvolvimento local das áreas de montanha, incluindo o apoio à produção agrícola sustentada;
- (2) Políticas – pressionar no sentido da definição de medidas e intervenções do Estado que contrariem a marginalização dos territórios de montanha, nomeadamente políticas inovadoras dirigidas para a eliminação da burocracia, a melhoria do desempenho da administração pública, a criação e/ou apoio a instituições locais preparadas para dinamizar o território, estimulando o uso produtivo de terras abandonadas, promovendo a economia local e criando emprego, promovendo a democracia e a participação social, e desenvolvendo projectos apropriados de formação-educação-investigação;
- (3) Financeiras – envolver organizações e canais formais e informais no fornecimento de recursos financeiros, apoiando novos mecanismos, mais flexíveis, menos burocratizados e mais sensíveis às condições sociais e aos projectos dos seus clientes;
- (4) Sócio-culturais – promover o desenvolvimento da auto-confiança e da auto-estima e a capacitação das pessoas destes territórios, nomeadamente desenvolvendo a sua consciência sobre o contexto local e a suas competências para agir, e desenvolvendo intercâmbios produtivos com recursos externos, incluindo universidade e centros de investigação, de forma a promover a aprendizagem e a inovação; e
- (5) Institucionais – fortalecer o capital social e organizacional dos territórios de montanha, incluindo as organizações existentes (associações de agricultores, agências de desenvolvimento, autoridades locais, instituições técnicas ligadas à agricultura, floresta, educação, ambiente, turismo, cultura, etc.) e a criação de novas organizações. Na maior parte dos casos, é necessário um esforço considerável para consolidar as instituições locais e promover a colaboração e cooperação entre elas, nomeadamente através de redes, parcerias ou plataformas.

A ausência de um política europeia e de programas integrados da UE para as áreas de montanha é um entrave ao desenvolvimento, na medida em que os vários programas sectoriais com incidência na montanha, directa ou indirecta, nem sempre se articulam da melhor forma, sendo os seus efeitos fortemente prejudicados. Além disso, alguns países,

como Portugal, não possuem uma política de montanha, assumindo uma postura meramente reactiva, de compensação dos “handicaps” e dificuldades estruturais. Como sublinhado no estudo da NORDREGIO (2004), as PME são uma área subestimada nas políticas para a montanha, o turismo está entregue a políticas e iniciativas locais e regionais, as infraestruturas são definidas nos planos nacionais, as condições de vida estabelecidas por programas nacionais e iniciativas locais, e as medidas de conservação da natureza muito diferenciadas no espaço europeu, com excepção do sistema NATURA 2000 e de algumas outras Directivas. Também no campo da agricultura e desenvolvimento rural faltam apoios especificamente dirigidas às montanhas, muita embora a PAC contemple várias medidas e iniciativas de que estas áreas têm beneficiado, como é o caso das Agro-Ambientais e do Programas LEADER.

À multiplicidade de actores que se preocupam com as áreas de montanha, com destaque para os que emanam da sociedade civil, a nível Europeu, nacional, regional ou local, cabe um papel de destaque na promoção da reflexão sobre o seu desenvolvimento, para que estes espaços, tão críticos e sensíveis, não sejam subestimados.

REFERÊNCIAS

Cristóvão, A. (2002). Sustainability and Rural Development in Mountain Areas. In Koutsouris, A.(Editor), *Innovative Structures for Sustainable Development in Mountainous Areas (Volume II)*, pp. 61-65. Athens: National and Kapodestrian University of Athens, Dep. of Biology.

European Environment Agency (1999). *Environment in the European Union at the Turn of the Century*. Copenhagen: EEA. (<http://products.ihs.com/cis/sitemap/E/EEA>)

European Union (2005). *Mountain Areas of the EU*. Luxembourg: Office of Publication of the European Communities.

European Commission (2002). *Conference on Community Policies and the Mountains, Brussels, October 17th*. Paper presented by the President of EUROMONTANA (www.mynforum.org/europe).

Ferreira, M. J. e J. E.Ventura (1999). *Dinâmicas Urbanas nas Áreas de Montanha Portuguesas*. Comunicação ao VI Encontro Nacional da APDR, Braga.

Favry, E. (2005). *Review of NORDREGIO (2004) Study*. (Place and publisher not identified.)

Moreira, M. B. (2001). *Globalização e Agricultura*. Oeiras: Celta Editora.

NORDREGIO (2004). *Mountain Areas in Europe: Analysis of Mountain Areas in EU Member States, Acceding and Other European Countries (Final Report)*. Oslo: Nordic Center for Spacial Development.

Price, M.L., L. Jansky & A. Iastesenia (2004). *Key Issues for Mountain Areas*. New York: UN University Press.